



1. Enquadramento

O concelho de Alfândega da Fé localiza-se na Região Norte (NUT II), sub-região de Alto Trás-os-Montes (NUT III) e é constituído desde o dia 29 de setembro de 2013 por 12 freguesias, em resultado da recente reforma territorial 3, ocupando uma área total de 321,99 km². Os seus limites geográficos são delimitados a Norte pela Serra de Bornes, a Sul pelo Vale do Rio Sabor, a Este pelo Planalto de Castro Vicente e a Oeste pelo Vale da Vilariça. O Município localiza-se no distrito de Bragança e tem como concelhos limítrofes a Norte Macedo de Cavaleiros, a Este Mogadouro, a Sul Torre de Moncorvo e a Oeste Vila Flor e Mirandela (figura 1 e 2).

A sede do município, Alfândega da Fé, dista 425 km de Lisboa, 200 km do Porto, 100 km de Vila Real, 72 km de Bragança e 38 km de Mirandela. A EN315 estabelece a ligação entre Alfândega da Fé e Mirandela, cruzando a EN102 — a qual dá acesso ao IP2 e ao A4.

Em termos cartográficos, o concelho situa-se na latitude 41°20'N e na longitude 6°58'W. Alfândega da Fé regista amplitudes térmicas anuais e diurnas elevadas e variações sazonais muito nítidas, com o Inverno e o Verão bem marcados e a Primavera e o Outono pouco afirmativos.

A temperatura média anual varia entre 12,5 e 16,0 °C. Quanto à precipitação, regista valores anuais na ordem dos 600 mm para a maior parte do concelho, aumentando na direcção da Serra de Bornes, no topo da qual se chegam a atingir os 1200 mm. A humidade do ar é baixa, situando-se entre 65 e 70%.

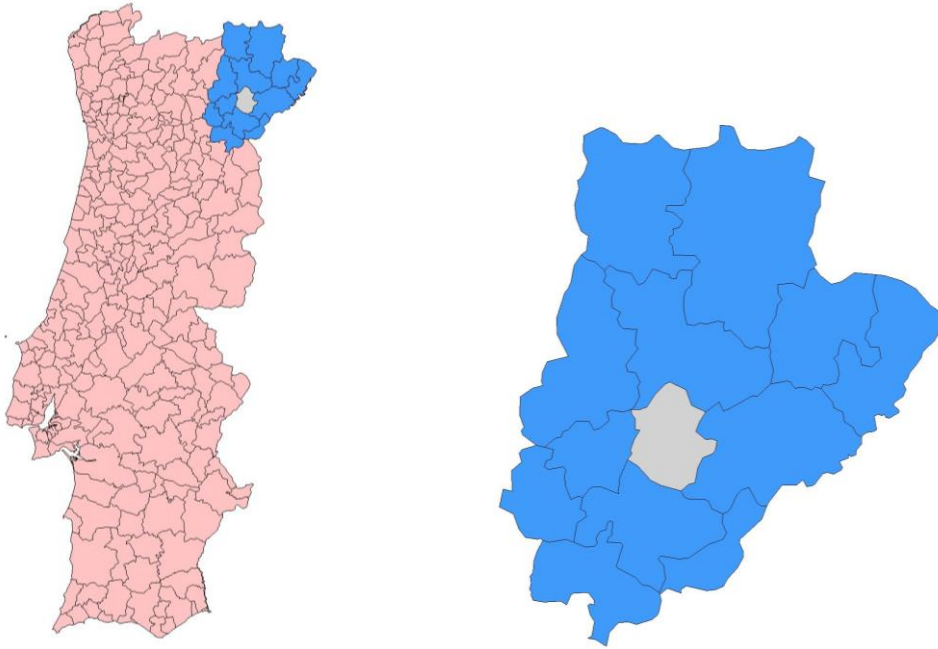
Do ponto de vista geomorfológico, o concelho é na sua maior parte composto por rochas de origem metamórfica e eruptiva, isto é, por xistos e granitos, sendo ainda de salientar os quartezitos que afloram pontualmente devido à sua forte resistência à erosão. Os solos dominantes são delgados, o que dificulta a sua exploração para fins agrícolas, exigindo constantes adubações e estrumagens; situação que só é diferente no Vale da Vilariça (com aptidão para a prática agrícola, florestal e pastagens).

Todos os cursos de água pertencentes a este concelho pertencem à bacia hidrográfica do rio Douro, sendo o rio Sabor o curso de maior destaque.

Alfândega da Fé encontra-se envolvida numa impressionante diversidade de microclimas, oferecendo aos visitantes deslumbrantes e impressionantes paisagens, ainda fortemente marcadas pela componente agrícola, nomeadamente a produção de vinho, azeite, amêndoa e cereja, sendo esta última considerada *ex-líbris* do concelho.

Alfândega da Fé possui algum património histórico e arquitectónico e locais dignos de interesse, como a Igreja Matriz de Sambade (século XVIII), o Santuário dos Cerejais, a Capela de São Bernardino – Gebelim,

e diversas casas brasonadas e solares, como o Solar de Vilarelhos. Na sede do concelho merecem destaque a Torre do Relógio, a Capela da Misericórdia, a Capela de S. Sebastião, o Portal da casa dos Távoras e a Capela dos Ferreiras.



Figuras 1 e 2 – Localização do Concelho de Alfândega da Fé em Portugal Continental e no Distrito de Bragança
(Fonte: Carta Educativa, 2007)

2. Âmbito nacional - estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável segundo o Relatório Brundtland, Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, 1987. É definido como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”

Em 1995, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável aprovou um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável, com o intuito de servirem como referência para os países em desenvolvimento ou revisão de indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável, tendo sido aprovados em 1996, e revistos em 2001 e 2007. O quadro actual contém 14 temas, que são ligeiramente modificados a partir da edição anterior: pobreza, perigos naturais, desenvolvimento económico, governação, ambiente, estabelecer uma parceria global económica, saúde, terra, padrões de consumo e produção, educação, oceanos, mares e costas, demografia água potável, escassez de água e recursos hídricos, biodiversidade. Cada um destes temas encontra-se dividido em diversos subtemas, indicadores padrão e outros indicadores.

O desenvolvimento sustentável assenta nas vertentes: ambiental, social e económica, pelo que só poderá ser plenamente alcançado se estas evoluírem de forma harmoniosa, e com a interação dos agentes envolvidos: as empresas, a administração pública e a sociedade civil. Pretende pois possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, e ao mesmo tempo, um uso razoável e racional dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats naturais.

A ENDS define três metas globais transversais que atendem às dimensões do Desenvolvimento Sustentável (económica, social e ambiental), designadamente pretende-se colocar, em 2015, Portugal (i) “num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia”, ao mesmo tempo que o posiciona (ii) “entre os primeiros vinte países de Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)” e regista (iii) “um défice ecológico global inferior ao actual”.

3. Âmbito local - estratégia para o desenvolvimento sustentável

Crescimento económico mais eficiente no uso de energia e recursos naturais e com menor impacto no Ambiente, designadamente nas alterações climáticas pretendeu-se recorrer ao trabalho feito no âmbito O Nordeste 21 sendo o primeiro projecto de implementação de uma Agenda 21 Regional em Portugal, assumindo assim um carácter pioneiro e inovador. Teve início em 2006 com o estabelecimento da parceria entre a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste e a ESB-UCP, tendo a duração de 18 meses. A entidade promotora do projecto foi a Resíduos do Nordeste, EIM com assessoria técnica do Grupo de Estudos Ambientais da ESB-UCP.

Este projecto visou a implementação da A21L na região do Nordeste Transmontano e conta com a participação de oito municípios: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso. A sua implementação pressupõe a auscultação da população como forma de identificação dos principais problemas e prioridades da região, para posterior desenvolvimento de um Plano de Sustentabilidade. Para além da população em geral, são também intervenientes os representantes das entidades ativas na região.

Assim, apresentam-se algumas das visões de futuro propostas pelo concelho. Foi definida “Alfândega da Fé, como um concelho com qualidade de vida, que sabe potenciar os seus recursos naturais e agir sobre o território, em busca do conforto ambiental e do civismo, de modo a integrar a “aldeia global”, sem perder a identidade local.”

“Um território com gente motivada e no qual a educação/formação seja de boa qualidade. A elevada qualificação permite gerar e manter actividades económicas geradoras de emprego, com base nos recursos endógenos, revertendo-se assim, o processo de despovoamento. É necessária uma nova cultura de participação cívica, (Alfândega da Fé).”

Assim os eixos estratégicos resultantes das duas primeiras reuniões dos Fóruns Participativos e dos inquéritos direccionaram-se para as seguintes temáticas:

- ✓ Agricultura e Floresta;
- ✓ Acrescentar Valor aos Produtos Locais;
- ✓ Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais da Região;
- ✓ Economia, Emprego, Formação e Qualificação;
- ✓ Empreendedorismo;
- ✓ Energia;
- ✓ Gestão de Águas e Resíduos;
- ✓ Sociedade do Conhecimento e Novas Tecnologias;
- ✓ Turismo Sustentável;
- ✓ Acessibilidades e Mobilidade.

O tema das acessibilidades e mobilidade e os valores naturais, patrimoniais e culturais são vertidos transversalmente nos outros temas, não se direccionando uma análise específica, mas enquadrando os seus impactes tanto nas questões, ambientais, como nas sociais e económicas.

4. Objetivos do Plano e Resumo da Metodologia Adotada

O Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Alfândega da Fé tem como objetivos:

- Instituir os níveis de qualidade e desenvolvimento que se pretende atingir;
- Definir a atual situação do município em termos de políticas municipais de qualidade ambiental e ordenamento do território, sociais e desenvolvimento económico;
- Criar formas e recursos disponíveis ou a mobilizar;
- Implementar um sistema de verificação e monitorização de acordo com os indicadores de qualidade definidos.

O Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é constituído pelas seguintes fases:

- Diagnóstico Ambiental;
- Definição de áreas prioritárias;
- Programa de Ação;
- Programa de Monitorização.

O diagnóstico ambiental é composto pela avaliação das características e dos problemas ambientais locais através de uma caracterização detalhada dos recursos naturais, zonas ambientalmente sensíveis, fontes de emissão de poluentes, identificação dos sistemas e estruturas existentes.

A caracterização ambiental foi fundamentalmente suportada pela recolha de informação existente sobre a qualidade ambiental do município. A fase de definição das áreas prioritárias é constituída pelo conjunto de valores ambientais (características e/ou locais) considerados relevantes e a preservar, e ainda, pela identificação dos problemas e das áreas prioritárias de intervenção. Na sequência da elaboração do Diagnóstico Ambiental e tendo em vista a identificação das referidas áreas prioritárias.

A última fase será constituída por um Programa de Monitorização do Plano, que tem como objetivos verificar a implementação dos projetos e ações previstos no Plano de Ação, avaliar as tendências na obtenção dos objetivos e níveis de qualidade ambiental, e da alteração dos comportamentos da comunidade local relativamente ao ambiente.

5. Diagnóstico Ambiental e Áreas Prioritárias de Ação

5.1. Diagnóstico Ambiental

No âmbito do diagnóstico ambiental efectuou-se uma análise de um conjunto de questões ambientais, que permitiu apresentar um panorama do estado do ambiente do município de Alfândega da Fé, nomeadamente, ar, água, biodiversidade, uso do solo, resíduos, ruído, transportes e mobilidade, energia e sociedade.

Na análise ambiental foi definida as actividades humanas exercem pressões sobre o ambiente, afectando a qualidade e a quantidade dos recursos naturais (estado); a sociedade responde a estas alterações de práticas políticas ambientais, económicas e sectoriais com alterações de comportamento.

Em termos genéricos o diagnóstico revelou que o município, embora apresente já um conjunto significativo de iniciativas embrionárias de necessária política e gestão ambiental, está ainda numa fase inicial de desenvolvimento e implementação das diversas políticas ambientais sectoriais, bem como da sua integração com as restantes áreas de intervenção do município, designadamente com o planeamento territorial ou o crescimento económico.

5.2. Áreas prioritárias de acção

Tendo em conta o trabalho desenvolvido no âmbito da Agenda 21Local e na elaboração da avaliação ambiental estratégica foram definidas as seguintes áreas de acção:

- **Qualidade de parâmetros ambientais: ruído, qualidade da água para consumo humano, qualidade das águas residuais, recolha de resíduos;**
- **Energia;**
- **Mobilidade;**
- **Espaço natural;**
- **Educação ambiental.**

6. Programa de Ação

Neste programa de acção são definidas para cada uma das áreas de ação, de 2014 a 2019, inseridas nas cinco áreas de atuação definidas.

6.1 Qualidade de Parâmetros Ambientais: ruído, qualidade da água para consumo humano, qualidade das águas residuais, recolha de resíduos

Objectivos:



- ✓ Promoção de índices de qualidade dos principais parâmetros ambientais: ar, água de consumo e meio hídrico, ruído e resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Monitorização com controlo evolutivo efetivo dos parâmetros ambientais;
- ✓ Informação e envolvimento da população na prossecução dos objetivos de qualidade pretendidos, ou perante cenários de risco ou alteração de metodologias e procedimentos.

Estratégias:

- Promoção de índices de qualidade dos principais parâmetros ambientais;
- Assegurar índices de qualidade que cumpram com os requisitos mínimos previstos nos normativos legais;
- Definição e promoção de índices de qualidade compatíveis com os objetivos pretendidos em matéria de conforto e qualidade de vida das populações;
- Quadro de atuação preventivo que minimize ou cesse a curto e médio prazo algumas das disfunções ambientais atualmente observáveis;

Monitorização dos parâmetros ambientais:

- Criação de uma base de diagnóstico para cada um dos parâmetros, com caracterização atualizada;
- Operacionalização e tratamento de dados compatíveis com outros requisitos, suportes ou mesmo instrumentos de gestão e planeamento;
- Definir níveis de perigosidade para a população segundo parâmetros legislados;

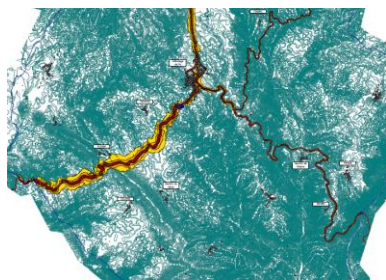
Informação e envolvimento da população:

- Promover a informação e envolvimento da população por forma a assegurar de forma consertada a concretização de medidas preventivas e minimizadoras inerentes aos diferentes quadros de atuação definidos;
- Informação e envolvimento da população por forma a concretizar estudos de caracterização sociológica e comportamental associados à elaboração de planos de emergência, novos procedimentos e metodologias de gestão de resíduos sólidos urbanos, níveis de exposição ao ruído ou contaminação de águas de consumo ou meio hídrico.

Efeitos esperados:

- Conhecimento e caracterização evolutiva dos principais parâmetros de qualidade ambiental, que permita a monitorização e controle efetivo dos mesmos, bem como a definição e concretização de um quadro de atuação preferencialmente preventivo que promova os níveis desejados de qualidade ambiental e qualidade de vida da população.

6.1.2 Acção: Carta do Ruído do Município de Alfândega da Fé



Após a aprovação do Plano Diretor Municipal do Município de Alfândega da Fé e elaboração do respetivo Mapa de Ruído, serão identificadas e caracterizadas as Zonas Acústicas Sensíveis e Zonas Mistas, definidas no Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral de Ruído (RGR) e no Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

O Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro foi rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março, e alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto.

O Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho foi rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 57/2006, de 31 de Agosto, de acordo com o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, e o Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro. Quando os níveis de ruído ultrapassarem os limites impostos por lei há necessidade de elaborar planos de redução de ruído para as zonas onde tal se verifique.

Tendo em conta que o mapa do ruído só será útil rigoroso, enquanto instrumento de apoio ao planeamento e gestão do território Concelhio, devidamente e atempadamente atualizado, deverá ser assegurado uma dinâmica de atualização dos dados de referência (introduzindo todos os novos usos, licenciamentos, alterações de tráfego automóvel, novas indústrias, ou quaisquer outros dados suscetíveis de contribuir para alterar significativamente o campo sonoro) bem como campanhas de medições de ruído ambiente para aferição dos valores obtidos por aplicação de cálculo provisional.

Para além da caracterização do campo sonoro e elaboração do mapa do ruído, tornar-se-á importante e necessário elaborar e fazer implementar um Regulamento Municipal de Ruído, por forma a definir e uniformizar diferentes procedimentos tendo em vista o cumprimento efetivo das diversas disposições legais em vigor. Ganhará especial importância e acuidade a introdução de princípios orientadores e disciplinadores sobre licenciamentos de intervenções urbanísticas e atividades económicas.

Prazo de execução: 3 anos

6.1.2 Acção: Resíduos Sólidos Urbanos



Aumento da recolha seletiva de materiais valorizáveis e inovação nos sistemas de recolha. Otimização do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, promovendo a redução de resíduos na origem, a reutilização e a reciclagem.

Equacionar a introdução de novos sistemas de recolha diferenciada de resíduos, designadamente: recolha de resíduos de construção e demolição (RCD); recolha de resíduos têxteis; incentivo à compostagem assim como a recolha diferenciada da fração orgânica e resíduos verdes (aparas de jardim).

Prazo de execução: 3 anos



6.1.3 Acção: Optimização do sistema de abastecimento público e promoção do uso racional da água

O concelho de Alfândega da Fé apresenta uma cobertura de 100% para os sistemas de abastecimento de água, ou seja, a totalidade da população nele residente é servida por sistemas de abastecimento de água. Este município é atualmente responsável pela gestão da rede de abastecimento de água "em baixa" (ERSAR, 2010) e pela maioria das captações, reservatórios, instalações de tratamento e adutoras em funcionamento no município. No quadro seguinte representam-se as 14 zonas de abastecimento, respetivas captações e locais de captação e, por último, a área de abrangência de cada zona.

O sistema "em alta" de Camba, atualmente explorado pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (ATMAD) tem captação na Barragem de Camba e atualmente fornece cinco subsistemas da zona Nascente do concelho, servindo cerca de 16% da população do município.

A rede de abastecimento de água "em alta" do concelho é constituída por dois subsistemas, um na freguesia de Sambade onde se localiza a ETA (Estação de Tratamento de Águas), que serve também as freguesias de Vales, Vilares de Vilariça e Alfândega da Fé. O segundo subsistema é o de Camba, com captação na Barragem de Camba (Gebelim), e cuja rede se estende às freguesias de Agrobom, Saldanha (onde está localizada uma ETA), Vale Pereiro e Vilar Chão.

Os resultados dos últimos anos, relativos à qualidade da água para consumo humano distribuída no concelho de Alfândega da Fé e na qual a Câmara Municipal é a entidade gestora pelo sistema em baixa 22 mostram que, de 2002 a 2008 foram feitas mais de 80% das análises previstas, tendo ultrapassado os 98% desde 2004. Sobre o cumprimento dos valores paramétricos (VP) em análise, verifica-se que nunca foi registada a totalidade de cumprimento dos mesmos, embora no ano de 2008 se tenha registado mais de 97% de análises em cumprimento. Pode concluir-se que a água para consumo humano distribuída no concelho cumpre as normas regulamentares, embora seja necessário um esforço acrescido para atingir os 100% de análises em cumprimento dos valores paramétricos.

a) Frequência de Roturas

O número de roturas na rede de distribuição é um indicador do estado em que se encontra a própria rede (degradação/conservação), podendo indicar igualmente o grau de eficiência dos serviços de distribuição.

Torna-se por isso importante dar continuidade ao investimento de remodelação da rede que tem permitido, nos últimos anos, a par do abrandamento dos trabalhos de instalação da rede de gás natural, a diminuição do número de roturas. Ganha também importância a prévia articulação e planeamento das intervenções no sub-solo para instalação de infraestruturas pelas diferentes entidades, bem como a instalação de equipamento de deteção remota de grandes perdas, ou seja, de rupturas.



b) Área Agrícola Irrigada e Relvados Públicos

A irrigação quer dos espaços agrícolas, quer de espaços públicos verdes, é outro fator que pesa na quantidade de água que é consumida no Município, pelo que se pretende quantificar e tipificar os consumos para rega nos jardins e espaços verdes públicos ligados à rede pública, bem como das áreas agrícolas.

c) Informação e envolvimento da população

Neste âmbito pretende-se continuar a desenvolver melhor comunicação e informação de apoio ao consumidor, sobre os parâmetros de qualidade da água da rede pública, o qual poderá igualmente potenciar a informação e sensibilização da população para o uso racional da água.

d) Reutilização

Para além do controlo de perdas por rupturas, e combate ao desperdício da água importa promover ações demonstrativas e estudos-piloto de reutilização e usos alternativos a partir de águas superficiais, para regas de espaços verdes públicos, lavagem de ruas, etc.

Prazo de execução: 4 anos

6.1.4 Acção: Expansão e monitorização do sistema de tratamento de águas residuais domésticas



À semelhança do que já foi anteriormente referido, o concelho de Alfândega da Fé possui uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), da responsabilidade da ATMAD, que se localiza na sede o concelho e que dispõe de tratamento primário e secundário de efluentes líquidos, servindo uma população de 2784 habitantes. Possui ainda uma ETAR em Sambade que irá servir, para além desta localidade, os lugares de Covelas e Vila Nova.

Existem ainda 11 ETAR compactas, da responsabilidade da Câmara Municipal de Alfândega da Fé. Estas localizam-se em Cabreira (1), Castelo (2), Colmeias (1), Felgueiras (1), Gebelim (1), Parada (2), Saldonha (1), Sardão (1) e Vilarelhos (1), estando mais 21 em fase final de conclusão, que passarão a abranger a totalidade do concelho e substituirão as fossas sépticas existentes até então.

Pretende-se ainda disseminar através de campanhas direccionadas a diferentes grupos-alvo e agentes intervenientes as boas práticas de utilização da rede de saneamento quer no setor doméstico procurando corrigir hábitos errados (p.ex.de descarga de óleos alimentares ou restos de comida triturados) quer nos sectores comercial e industrial procurando reduzir preventivamente descargas abusivas ou acidentais.

Prazo de execução: 4 anos

6.2 Energia

Objetivos:

- reduzir o consumo de energia per capita;
- reduzir a poluição do ar;
- desenvolver uma política de gestão de energia integrada.

Estratégias:

- Uso de recursos energéticos com impacto pouco significativo no ambiente
- Uso de recursos energéticos renováveis e outras alternativas
- Reduzir o uso de energia
- Otimizar a localização e orientação dos edifícios e sua configuração
- Reforçar o isolamento térmico
- Otimizar o aproveitamento da luz natural
- Promover sistemas eficientes que visem a eficiência energética
- Promover sistemas de iluminação eco-eficientes.



Efeitos esperados:

As ações que se pretendem desenvolver além de possibilitar uma redução no consumo de energia e da poluição do ar constituem uma tentativa de desenho de uma política integrada de gestão de energia. Esta constitui um suporte ao desenvolvimento sustentável no futuro. Torna-se assim importante preparar os municípios (divulgação clara e uniforme da informação), regular a sua prática (através do Manual de Boas Práticas para a Eficiência Energética) e consolidar a sua aplicabilidade (auditoria e monitorização).

6.2.1 Ação: Auditoria energética aos edifícios municipais



Esta ação tem a finalidade de identificar e avaliar o comportamento do município em termos energéticos começando pela própria sede de Câmara Municipal. Esta ação, pode servir como um bom exemplo a seguir, dando a conhecer as alterações e as práticas que permitem tornar as suas instalações mais eficientes do ponto de vista energético. Desta forma, a auditoria aos edifícios municipais tem como principal objetivo diminuir a quantidade de energia consumida nas instalações municipais. Esta ação implica a realização de um Plano Racional de Energia para as instalações da

Câmara, no âmbito do PNE - Programa Nacional de Eficiência Energética dos Edifícios.

Prazo de execução: 4 anos

6.2.2 Ação: Manual de Boas Práticas para a Eficiência

O Manual de Boas Práticas para a Eficiência Energética surge aqui como um meio de incentivar práticas energéticas sustentáveis na construção dos edifícios. Este Manual vai de encontro ao Programa E4, Eficiência Energética e Energias Endógenas, o qual se pretende aprovar conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 154/2001. A avaliação da capacidade energética do edifício a projetar teria como base entre outros fatores: a localização e orientação do edifício, o isolamento térmico, os sistemas de aquecimento e arrefecimento e as janelas.

Prazo de execução: 3 anos

6.2.3 Ação: Divulgação de uma política eficiente de energia e promoção de boas práticas de consumo

A divulgação de opções energéticas mais eficientes e as suas vantagens relativamente às mais comuns torna-se extremamente importante ao querer construir um ambiente mais sustentável. Esta ação, tem como objetivo estruturante influenciar a atividade de todos os agentes que atuam no setor, dos promotores aos utilizadores finais, com vista à promoção do uso racional de energia. Desta forma deve-se proceder à divulgação desta política em dois contextos diferentes: conselhos simples de fácil aplicação no dia-a-dia, e com resultados a curto prazo; e opções de maior envergadura, com eventuais custos superiores de investimento mas mais eficientes energeticamente e rentáveis a médio e longo prazo.

Prazo de execução: 4 anos

6.3 Mobilidade e acessibilidade

Objetivos:

- Melhorar o sistema de mobilidade e transportes públicos;
- Reduzir o consumo de energia *per capita*;
- Reduzir a poluição do ar;
- Reduzir o ruído;

Estratégias:

- Estrutura que reduza o uso do automóvel e crie melhores condições de circulação para os peões e ciclistas;
- Aumentar o número de viagens feitas a pé;
- Promover o uso de bicicletas;
- Reduzir a circulação do automóvel particular;
- Uso de transporte eficientes;

Efeitos esperados:

A importância da acessibilidade e mobilidade para uma maior abertura e possibilidade de revitalização do tecido social e económico é reconhecida como um dos objetivos do município de Alfândega da Fé, a reformulação de todo o espaço público da Vila ao nível das condições de acessibilidade, no sentido de eliminar barreiras arquitetónicas, de limpeza permanente e de correspondente valorização cívica. Ao nível da acessibilidade, destaca-se a construção do IC5 que permitirá, de acordo com o relatório do plano, melhorar a acessibilidade rodoviária a um dos conjuntos de municípios mais periféricos da região Norte e potenciar novas portas de acesso rápido ao Vale do Douro Vinhateiro. Acresce que a construção desta via deverá representar uma melhoria das condições de vida de todo o concelho e não apenas da população mais próxima dos nós de acesso.

Pretende-se a promoção do transporte público e contribuir para redefinir o sistema de transportes públicos, promover campanhas de qualificação das vias de comunicação interlocalidades e das vias urbanas ao nível do trânsito, da sinalização e da prevenção rodoviária. Deste modo, serão colmatadas deficiências relativas à reduzida oferta de transportes públicos e a baixa utilização destes meios de transporte. Atendendo ao supracitado, crê-se que a atual proposta de revisão constituirá uma tendência positiva evolutiva positiva, no sentido em que é pretendida a criação de um sistema de transportes coletivos que se adequa à procura real, melhorando a mobilidade das populações rurais em zonas de baixa densidade e assegurando a acessibilidade a um conjunto de serviços de proximidade. Contudo, a equipa considera que deveria proporcionar-se uma melhoria do estado de conservação das vias de ligação ao exterior do concelho, devendo ser uma preocupação por parte do município assegurar um sistema viário com condições para a segura circulação de veículos e pessoas.

6.3.1 Acção: Plano Local de Transportes e Mobilidade

- Definição e implementação de um sistema integrado de mobilidade que dê prioridade aos transportes públicos, e interligue uma rede de circuitos pedonais e cicláveis;
- Evolução da frota de transportes do município para motorizações com combustíveis alternativos ao Diesel;
- Criação de uma rede de corredores cicláveis e pedonais, com características de utilização de ligação funcional e/ou de recreio e lazer, potenciando uma maior proximidade e facilidade de ligação entre Freguesias;
- Ganhará ainda especial importância e acuidade a criação de corredores ribeirinhos ao longo das principais linhas de água, os quais para além da reabilitação de margens, proporcionado um contacto com a natureza poderão proporcionar canais de ligação privilegiados;
- A aprovação da candidatura ao Programa RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), conseguida pela autarquia, permitirá a Alfândega da Fé continuar as práticas pioneiras em Portugal em matéria de acessibilidade, reforçando o trabalho efetuado;

Através dos estudos a desenvolver serão detectados, ao pormenor, os problemas existentes, e apresentadas as soluções e ações apropriadas para dotar a vila de condições próprias do acesso universal. Apresentar-se-ão, também, soluções orçamentais e modelos de execução das ações.

Além do exposto, engloba a participação cívica, formação e sensibilização, envolvendo várias entidades que atuam a nível social, e realiza parcerias múltiplas de forma a encontrar as soluções mais adequadas para os problemas encontrados ao nível da acessibilidade da vila.

Prazo de execução: 5 anos

6.4 Espaço Natural

Objetivos:

- Conservação e promoção da biodiversidade do território;
- Recuperação do carácter natural do território;
- Consideração da riqueza ecológica como um elemento chave no desenho de políticas de crescimento urbano.

Estratégias:

- Desenvolvimento da diversidade biológica;
- Proteção das áreas verdes e suas funções ecológicas de forma a manter a circulação da água, o clima e qualidade do ar contribuindo para o carácter e identidade da vila;
- Promover mais espaços verdes contribuindo para a continuidade da estrutura.
- Salvar o património paisagístico com valor ecológico e cultural existente.
- Promover a renovação e filtração do ar.
- Aproximação das vivências humanas/urbanas do município de Alfândega da Fé.
- Promover o uso dos parques, jardins e outros espaços verdes.

Efeitos esperados:

As ações propostas têm como objetivo reforçar o conceito de estrutura verde para o município de Alfândega da Fé e sua envolvente a ter em conta no processo de gestão e planeamento, de forma a consolidar o espaço ocupado pela mesma e assegurar os seguintes aspectos:

- Contacto com a Natureza.
- Circulação sem constrangimentos.
- Uso dos espaços verdes.
- Aproximação das vivências humanas/urbanas do município de Alfândega da Fé.

6.4.1 Ação: Criação e promoção de contínuos ecológicos

Pretende-se criar e/ou promover contínuos ou corredores ecológicos por forma a consolidar e interligar a Estrutura Ecológica Municipal. Deste modo para além de se tirar partido de contínuos naturais como as linhas de água, com os espaços verdes principais por forma a criar novas referências e sobretudo novas vivências da população e não menos importante poderá representar a criação de novos alinhamentos arbóreos ao longo de novos eixos viários, ou de eixos existentes, dispostos e dimensionados de modo a representar canais de dispersão atmosférica, proteção ao ruído e enquadramento paisagístico.

A toda esta estrutura de espaços com elevado potencial ecológico deverão compatibilizar-se os princípios de uso, contacto com os elementos naturais e consequente sensibilização e consciencialização ambiental da população, e mobilidade expostos noutros itens do Plano.

Prazo de execução: 5 anos

6.4.2 Ação: Candidatura ECO XXI

O PROGRAMA ECOXXI, desenvolvido pela Associação Bandeira Azul da Europa, com o apoio de um conjunto de entidades procura reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do Município. Ao se candidatar ao Programa ECOXXI, o Município identifica e reconhece as fragilidades, descobre novas oportunidades, e percebe qual o caminho a percorrer para a utilização mais eficaz e eficiente dos recursos materiais e humanos da Câmara Municipal para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Prazo de execução: 2 anos

6.4.3 Ação: Plano de manutenção dos espaços verdes públicos

Nos últimos anos tem-se vindo a notar uma necessidade cada vez maior de proceder à substituição de determinadas espécies arbóreas por variadíssimas razões, causas fitossanitárias, más formações, debilidade aparente, vão naturalmente necessitando de ser substituídas. Trata-se de sistemas vivos, dinâmicos em mudança constante, ditada pelo seu próprio crescimento.

Pretende-se ainda proceder à classificação e hierarquização dos espaços verdes públicos, definindo para o efeito diferentes níveis ou graus de manutenção e tipologias de utilização desejados. Como consequência direta desta classificação pretende-se reduzir os consumos de água para rega. Paralelamente dever-se-á incorporar um plano de rega dos espaços a partir de captações de águas subterrâneas ou de superfície, nascentes ou outras captações naturais, ou recarga dos aquíferos subterrâneas ou de superfície com águas das chuvas provenientes da drenagem de edificações e arruamentos e conduzidas para solos permeáveis.

Prazo de execução: 3 anos

6.4.4 Ação: Hortas Biológicas



A Câmara Municipal promove a agricultura biológica no concelho com o desenvolvimento do projeto Hortas Biológicas. A iniciativa assenta na criação de hortas, na promoção da agricultura biológica e compostagem caseira.

Um projeto que surge na ótica da rentabilização e optimização dos terrenos municipais disponíveis, promovendo a criação de espaços verdes dinâmicos ao mesmo tempo que se aposta na própria redução de resíduos. O projeto de hortas biológicas que está a ser desenvolvido pelo Município de Alfândega da Fé foi um dos vencedores do Programa EDP Solidária Barragens 2012.

biológicas.

As hortas existentes estão localizadas no centro da vila próximas de espaços públicos e de uma zona residencial. O município pretende alargar o projeto para mais duas zonas estratégicas na sede do concelho, uma numa zona residencial recente o Bairro Vale do Abade e outra no Bairro Social Bairro Trás-de-Castelo. Atualmente o projeto abrange 17 famílias, num total de 60 pessoas, com esta ação de ampliação vai apoiar cerca de 150 pessoas.

Numa altura em que tanto se fala de crise económica este projeto tem também um significado do ponto de vista social. Aos munícipes vai ser dada a oportunidade de produzirem aquilo que consomem e até de conseguirem um ganho extra com esta produção, podendo o Município apoiar ações de escoamento dos excedentes da produção.

Tem estado ao alcance de todos o cultivo de produtos com qualidade, controlando mais diretamente aquilo que se consome, contribuindo não só para uma melhor saúde, mas também ambiental.

Ao todo a Câmara já disponibilizou gratuitamente 12 talhões, cada um com 45m², numa zona privilegiada da sede do concelho, ou seja, na área onde se situam serviços como as Escolas e Centro de Saúde. Estes espaços para além de se assumirem como um complemento ao orçamento familiar, servem também um propósito pedagógico. Aliado à produção de produtos hortícolas de qualidade, surge a promoção de boas práticas agrícolas, o incentivo à produção da terra e à preservação e conhecimento do funcionamento da própria natureza. Aliás, a formação dos candidatos, principalmente em questões relacionadas com agricultura biológica e compostagem, e o acompanhamento do processo por técnicos da autarquia são fatores essenciais para o sucesso de todo projecto.



A autarquia prevê a entrega de mais 12 talhões ainda este ano localizadas no Bairro Social onde se procurará de forma comum introduzir boas práticas agrícolas e de preservação ambiental, proporcionando uma componente técnica e pedagógica de apoio para produção biológica com proteção integrada de culturas, a proteção do solo com a adequação e rotatividade de culturas, prática da compostagem, a utilização racional da água, e ainda hábitos de alimentação saudável; Para além dos pontos comuns referidos anteriormente procurar-se-á de forma mais específica e direccionada: a integração social, promoção de emprego e desenvolvimento económico, envolvendo para o efeito população carenciada do referido Bairro Social.

Prazo de execução: 2 anos

6.5 Educação Ambiental



Elaboração de um Plano de Educação Ambiental com as ações de sensibilização ambiental previstas no concelho de Alfândega da Fé, diferenciando quem irá promover a ação (Município de Alfândega da Fé / Resíduos do Nordeste (RN) / Outras Entidades).

Este plano tem como objetivo criar estratégias e instrumentos para o desenvolvimento de programas e



projetos de educação ambiental que estejam em consonância com as preocupações ambientais emergentes, e que otimizem o aproveitamento de recursos materiais de uma forma participativa da população, promovendo ações no âmbito da educação ambiental e da recolha seletiva, dirigidas a toda a população da sua área de intervenção, com especial enfoque para a população escolar (anexo o plano de educação ambiental 2015).

Prazo de Execução: 2 anos.

7. Programa de Monitorização

Este programa consiste na última fase do Plano Municipal de Ambiente de Alfândega da Fé e tem como principal objetivo acompanhar e avaliar a implementação do programa de ação, operacionalizando para o efeito o conjunto de indicadores.

7.1 Implementação

O município representado pela Divisão de Urbanismo tem o papel de incentivar a implementação do Programa de Ação, tendo como tarefa principal coordenar as ações propostas.

7.2. Monitorização

O progresso e a implementação do Programa de Ação, e respetivos planos setoriais estabelecidos posteriormente, deverão ser monitorizados através de um sistema de indicadores. O Programa de Monitorização deve ser assegurado e acompanhado por uma equipa técnica, integrada na Divisão de Urbanismo, que assuma as seguintes funções:

- Avaliação / evolução do comportamento dos indicadores;
- Assegurar a adaptabilidade das ações no tempo e no espaço;
- Divulgação da informação;
- Verificar a aceitação do público das ações adotadas e dos resultados apresentados.

ANEXOS

PMEA
Plano Municipal de Educação Ambiental
2018





PROGRAMA de GESTÃO AMBIENTAL — EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO:	FORTALECER AS ATIVIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, VISANDO TODAS AS PARTES INTERESSADAS (POPULAÇÃO EM GERAL, ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES LOCAIS, COLABORADORES DO MUNICÍPIO)		
PRINCÍPIOS DA PQSA:	<ul style="list-style-type: none"> - “Promover ações de sensibilização, incutindo ao cidadão responsabilidade e boas práticas de forma a alcançar a sustentabilidade” - “Desenvolver, apoiar e participar em projetos técnicos, culturais e de solidariedade, incrementando a interligação com instituições e com a sociedade em geral” - “Apostar na formação contínua dos colaboradores promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional, tendo em conta as responsabilidades de cada um no desenvolvimento e concretização dos objetivos preconizados”. 		
META:	> Realizar pelo menos 10 ações do Plano Municipal de Educação Ambiental 2018		
MEIOS:	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	RECURSOS FINANCEIROS
	- 2 colaboradoras da Equipa de Ambiente (CMAF); - Parceria com o Agrupamento de Escolas de AF e com empresas/associações (Resíduos do Nordeste, PALOMBAR, Quercus, etc.)	- Reutilização de materiais para a dinamização das atividades; - Autocarro municipal (para algumas atividades)	- Prestação de serviços contratada (Quercus) - Outras prestações de serviços (workshops, etc.)

MONITORIZAÇÃO	
Validação do Objetivo Ambiental:	CHEFE DA DUA – EM 03/11/2016 E 23/02/2017
Aprovação do Objetivo Ambiental:	PRESIDENTE DA CÂMARA – EM 25/02/2017
Prazo de Realização do Objetivo Ambiental:	04/01/2018 A 31/12/2018
Responsáveis pelo Objetivo:	SETOR DE AMBIENTE – ANA SOFIA ARAÚJO / MARGARIDA FONSECA
Datas de Monitorização:	17/01/2018

Responsáveis	AÇÃO	Público-alvo	CRONOGRAMA Plano Municipal de Educação Ambiental 2018												ESTADO Em04/01/2018	OBSERVAÇÕES	EFICÁCIA do Projeto
			Jan18	Fev18	Mar18	Abr18	Mai18	Jun18	Jul18	Ag18	Set18	Out18	Nov18	Dez18			
Campanhas de Indução do Plano Municipal de Educação Ambiental																	
Equipa de Ambiente	Entrega de pilhões e recolha de pilhas	PG e CE														Em curso	
Equipa de Ambiente	Separação correta de resíduos e entrega de ecopontos	PG, CE, US, CL, IL e BM														Em curso	
Equipa de Ambiente	Compostagem doméstica – Outra forma de reciclar!	PG, CE, US, CL, IL e BM														Em curso	
Equipa de Ambiente	Eficiência energética nos edifícios municipais	Colaboradores CMAF														Em curso	
Equipa de Ambiente	Semana Europeia de Prevenção de Resíduos	CE														Em curso	
Equipa de Ambiente	Hortas biológicas	PG/utilizadores														Em curso	
Equipa de Ambiente	Colaboração na semana educativa do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé	CE														Em curso	
Comemoração de efemérides																	
Equipa de Ambiente	Dia Mundial da Árvore e da Floresta – 21 de março	CE e IL														Em curso	

Equipa de Ambiente	Dia Mundial da Água – 22 de março	CE e IL														Em curso
Equipa de Ambiente	Dia Internacional da Biodiversidade / Diversidade Biológica – 22 de maio	CE														Em curso
Equipa de Ambiente	Dia Nacional da Energia – 29 de maio	PG, Colaboradores CMAF														Em curso
Equipa de Ambiente	Dia Mundial do Ambiente – 5 de junho Espetáculo Filipe Pinto	PG, CE														Em curso
Equipa de Ambiente	Dia Europeu Sem Carro – 22 de setembro (Mobilidade Sustentável)	PG, BM e IL														Em curso
PALOMBAR	Escolas pela Floresta Autóctone	CE														Em curso
Biblioteca Municipal	Dia Mundial da Ciência															Em curso
Visitas de estudo																
Equipa de Ambiente	Ecoteca Alfândega da Fé	PG, CE, US, CL, IL e BM														Em curso
Equipa de Ambiente	UTMB	CE														Em curso
Equipa de Ambiente	Barragem do Baixo Sabor (Aproveitamento hidroelétrico)	CE														Em curso
Workshop/ações de formação																
Equipa de Ambiente	Workshop ECO Natal	BM, I, US														Em curso
Equipa de Ambiente	Mercadinho Aromático Workshop de sabão aromático	PG														Em curso
Equipa de Ambiente	“Prevenir os resíduos e reduzir o desperdício” – elaboração de velas com a reutilização de óleos e restos de ceras	US														Em curso
SA - Equipa de Ambiente	Sessões de indução aos colaboradores – Aspetos Ambientais															Em curso
SA - Equipa de Ambiente	Sessão de indução “Boas práticas de segurança e ambiente no manuseamento e armazenamento de produtos de limpeza”	Técnicas operacionais de limpeza														Em curso
Projetos																
Equipa de Ambiente	Biosfera – candidatura UNESCO	PG e CE														Em curso
DUA: Setor Ambiente	Candidatura ECO XXI	—														Em curso

EDP: Programa de divulgação e sensibilização Biodiversidade do Baixo Sabor	Projeto: Junto à Terra	CE													Em curso			
Ações do Plano de Sensibilização da Resíduos do Nordeste, EM (Colaboração)																		
RN	"Urban Waste Art"	PG e CE														Em curso		
RN	Concurso "gestão ambiental na escola"	CE														Em curso		
RN	Ação "rádio" programa / spot	PG														Em curso		
RN	Ação "pense verde" – resíduos e responsabilidade social	PG														Em curso		
RN	Escola Eletrão	PG e CE														Em curso		
RN	Recuperação de toners, tinteiros e telemóveis – AMI e EMPTYMAN	PG														Em curso		
RN	Eco Eventos	CE														Em curso		

Legenda:	
População geral	PG
Biblioteca Municipal	BM
Comunidade Escolar	CE
Universidade Sênior	US
Instituição Leque	IL
Comércio Local	CL
Colaboradores CMAF	Colaboradores CMAF
Infantário da Santa Casa da Misericórdia	ISCM
Formação Interna	FI

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA: (EM 00/00/2018)	-
--	---

carinat